



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO V – nº 64 – 1ª Quinzena de Fevereiro de 1994 – CR\$ 100,00 – Solidário – CR\$ 200,00

Não à conversão dos salários pela média!

Abaixo o Plano Fernando Henrique Cardoso!

Campanha Nacional de Luta por:

- Salário Mínimo Real de 200 mil cruzeiros
- Reajuste automático dos salários (escala móvel)
- Fim das demissões
- Redução da jornada de trabalho para 6 horas, sem redução do salário
- Terra aos camponeses
- Saúde, Moradia e Educação para todos
- Não pagamento da dívida interna e externa
- Fim das privatizações e reestatização das já privatizadas

**A CPI também é corrupta
CONVOCAR OS TRIBUNAIS POPULARES
PARA QUE AS MASSAS JULGUEM DE VERDADE!**

Plano de estabilização e crise capitalista

O governo Itamar tem tido uma enorme dificuldade em aprovar na íntegra o Plano de Fernando Henrique Cardoso que prevê a criação da Unidade Real de Valor (URV), uma

nova moeda vinculada ao dólar. A essência do Plano consiste em aumentar impostos, reduzir salários, cortar gastos orçamentários, diminuir as transferências de recursos para estados e municípios e introduzir a URV. É claro que faz parte deste Plano a continuidade das privatizações.

Para conter as transferências para os estados e municípios, o Plano prevê a criação do Fundo Social de Emergência, que reteria nas mãos do governo federal cerca de 15 bilhões de dólares. Além do imposto já criado que é o IPMF, pretende-se aumentar a taxa de imposto sobre as pessoas físicas (assalariados) e jurídicas (empresas). Os salários seriam convertidos em URV pela média dos últimos doze ou treze meses. Esta é a forma de expurgar a inflação dos salários, que conforme a data base teriam perdas que vão de 13 a 37%. O salário mínimo seria convertido no valor de 70 dólares, perpetuando a miséria de milhões. Somando toda a arrecadação, o governo objetiva zerar o déficit público estimado

para 1994 em 22 bilhões de dólares.

O argumento do governo é que não poderá brevar a inflação crescente, que já atinge 50% ao mês, sem que zere o déficit e elimine os efeitos da inflação passada. É o que os economistas burgueses chamam de inflação inercial. Podemos ver que trata-se de um Plano que terá duas consequências sociais graves: 1) Desaceleração econômica seguida de aumento do desemprego; 2) Redução dos salários seguido do aumento da pobreza e miséria da maioria assalariada. Não podemos esquecer que os impostos sobre as empresas serão repassados para os produtos. E as pequenas poupanças da classe média terão perdas com a desvalorização do cruzeiro real em relação à URV. O Plano, desta forma, descarrega a crise monetária do Estado burguês sobre a maioria explorada.

A pergunta que os assalariados devem se fazer é: De onde vem o déficit de 22 bilhões de dólares? Quem é que produz a inflação? Respondendo a isso é que encontraremos os verdadeiros interessados em tais medidas de política econômica. O déficit de 22 bilhões de dólares correspondem a juros, serviços e amortizações da dívida interna e externa. Nas discussões em torno do Orçamento da União, se revelou que cerca de 50% deste eram destinados para a dívida pública. Então o Ministro Fernando Henrique Cardoso confecciona de seus gabinetes, sob a supervisão do Fundo Monetário Internacional, fórmulas de arrecadar mais, gastar menos e reduzir salários, para sobrar caixa para pagar os banqueiros nacionais e internacionais.

A política econômica antipopular e antinacional

A diretriz de descarregar a dívida pública e a desagregação da economia sobre as massas indica a falência do capitalismo e a da burguesia, que ocupa um papel puramente pa-

rasitário nas relações de produção. O tremendo endividamento externo é uma peça chave na submissão do Brasil semicolonial às potências imperialistas, que parasitariamente sugam a maioria das nações do globo.

A política econômica do governo está subordinada às condições e interesses do capital financeiro internacional, que caracteriza o domínio do imperialismo sobre as economias capitalistas atrasadas. Basta ver que o governo mantém as taxas de juros elevadas para atender os reclamos dos banqueiros internos e externos. É sabido que uma reserva de 33 bilhões de dólares é uma exigência para saldar a dívida externa em moeda estrangeira (dólar). Ultimamente, a reserva de divisas tem crescido devido à entrada de dinheiro especulativo, aplicado na Bolsa de Valores e no mercado financeiro interno, que obtém remuneração de 20 a 25% de juros reais ao ano, enquanto que este mesmo dinheiro aplicado externamente não rende mais do que 5 a 8% ao ano. De um lado, o governo está obrigado a trocar dólar por cruzeiros reais, de outro, a lançar títulos públicos, comprados pelos banqueiros, para obter os ditos cruzeiros reais.

Como vemos, trata-se de uma espoliação extraordinária das finanças estatais. Os teóricos da parafernália da URV insistem que é preciso ter esta monumental reserva (para os padrões da economia brasileira), para evitar a posterior especulação com dólares, já que a URV não passa do dólar disfarçado. Com isso, o próprio governo facilita a especulação feita pelos banqueiros internacionais, que se aproveitam das fantásticas taxas de juros. É um verdadeiro negócio da China, como diz o ditado.

A política econômica do governo Itamar se mostra completamente dependente das manobras do capital financeiro imperialista. Verificamos que quanto mais a crise

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970

Nacional



estrutural do capitalismo internacional se agrava mais a burguesia brasileira se adapta às exigências das potências. As privatizações e a abertura de mercado para proteger as multinacionais são consequências desta submissão crescente. Desta forma, o país arca com a pesada carga da crise mundial e as massas trabalhadoras é que suportam toda a barbárie social (desemprego, rebaixamento salarial, etc).

Pôr abaixo o Plano de fome e miséria

O governo, aproveitando-se da atenção consumida em torno da CPI da corrupção, tem procurado implantar o Plano reacionário de forma despercebida pelos assalariados. A convivência da burocracia

sindical (da CUT, Força Sindical, CGT, sindicatos) e do PT com esta manobra vem facilitando o jogo entre o governo e o Congresso Nacional. Tudo se volta para que as massas permanecem à margem dos acontecimentos.

A burguesia, auxiliada pelos reformistas do PT, prepararam o terreno para a disputa eleitoral. Há uma tremenda pressão para que os trabalhadores permaneçam calados e influenciados pela política da paralisação. A burguesia trabalha para que a crise do Estado e os novos ataques às condições de vida dos oprimidos não dêem lugar a surtos grevistas, como no tempo do governo Sarney.

A defesa de um plano de lutas para o movimento operário, que tenha por base o combate ao Plano de fome de Cardoso e Cia se faz neces-

sário. Cabe à vanguarda agir a favor de uma CAMPANHA NACIONAL DE LUTA, que pressuponha a organização de movimentos de massa pelo salário mínimo real, reajuste automático dos salários (escala móvel de reajuste), fim das demissões, redução da jornada de trabalho para 6 horas, sem perdas salariais, terra aos camponeses, saúde, moradia e educação, não pagamento da dívida interna e externa, fim das privatizações e reestatizações. Em resposta à crise burguesa e à barbárie, a estratégia dos oprimidos é o implantação do governo operário e camponês.

NACIONAL

CPI acaba inocentando a maioria dos corruptos

O encerramento dos trabalhos da CPI do orçamento mostrou que ela veio muito mais para encobrir do que para esclarecer os fatos. A indicação de apenas 16 parlamentares para a cassação, quando haviam provas envolvendo mais de 120, mostra muito bem a disposição de acobertamento da Comissão. Dessa forma, mais de cem parlamentares claramente ligados aos esquemas de corrupção que manipulavam verbas do orçamento federal ficarão totalmente impunes. E poderão continuar a roubar livremente. Para alguns, a CPI serviu como atestadora de honestidade, pois declarou-se que nada foi encontrado que pudesse comprometê-los.

CPI já nasceu para acobertar

Logo que foi formada, a CPI já mostrava a que vinha: seu objetivo era limitar o alcance das denúncias de corrupção contra parlamentares, e evitar assim que se mostrasse o caráter corrupto da instituição. Por isso, foi nomeado coordenador da comissão o Senador Jarbas Passarinho, ex-coronel do exército e homem de confiança das oligarquias regionais nordestinas, justamente as mais envolvidas nos escândalos de corrupção. Passarinho era governador do Pará em 1964, quando indicou uma série de políticos para a cassação pelo primeiro ato institucional da ditadura militar. Era Ministro do Trabalho em 1969, e foi um dos assinantes

do AI-5 (Ato Institucional nº 5), que além de cassar vários parlamentares, aumentou o poder de repressão dos militares. Para ajudá-lo nos trabalhos, foi indicado relator o deputado Roberto Magalhães, de Pernambuco, que desde quando governava o estado estava envolvido com propinas de empreiteiras. Posteriormente, seu nome apareceu na lista da construtora Odebrecht. A comissão contava ainda com um indicado pelo senador Mauro Benedito, o senador amazonense Gilberto Batista. Ele se destacou na CPI por tentar impedir que a mesma se voltasse contra o senador. Conseguiu que fosse inocentado.

A CPI se dividiu em subcomissões (de bancos, de subvenções etc.). Dividindo em subcomissões, ficava mais difícil encontrar as ligações entre o enriquecimento e o desvio de verbas. Priorizou-se a investigação nas contas bancárias dos denunciados. Essa linha tinha o claro propósito de limitar a investigação aos corruptos menos espertos e mais descuidados, aqueles que chegaram ao ponto de receber propina através de cheques nominais depositados em suas contas correntes bancárias. Dessa forma, quem roubou, mas não deixou pistas tão evidentes, acabou inocentado pela comissão.

Criou-se também uma forma alternativa de punição, a suspensão. E, finalmente, vai-se encaminhar quem apesar de tudo não conseguiu se livrar das acusações a julgamento por comissões do Senado

e da Câmara. Só vai ser cassado quem foi muito burro.

Executivo ficou de fora das cassações

Uma coisa que ficou muito evidente é que houve manipulação de mais da metade dos recursos federais destinados a fins sociais. A manipulação era feita através de emendas ao orçamento, muitas delas piratas, feitas após a votação do mesmo. Mas o esquema só funcionava porque o poder executivo (ministérios) autorizava a liberação de dinheiro. A CPI não investigou e sim inocentou os ministros que estariam envolvidos. Passarinho e seus colegas ficaram com medo de passarem pelos ministros, chegarem até Itamar e desestabilizar o governo. É bom lembrar que na lista da Odebrecht também estavam os nomes do relator da CPI e do presidente da República, e que o deputado petista



Aloísio Mercadante foi pedir apoio aos militares para poder continuar com a investigação. Como o objetivo não era ir a fundo nas investigações e sim limitá-las ao máximo, Passarinho e Magalhães optaram por inocentar o maior número possível de envolvidos.

Democracia burguesa em risco?

O episódio da CPI mostra que a o Estado nacional construído pela burguesia tem como alicerce a corrupção. E que a democracia burguesa, assim como ela foi concebida pela burguesia revolucionária do século XVIII, é inviável sobre o capitalismo atrasado e em crise dos países semi-coloniais como o Brasil. E a ligação entre as duas coisas está na própria formação das burguesias dos países atrasados: nesses, como o capitalismo foi introduzido de fora para dentro e voltado para o mercado externo, sob controle da burguesia imperialista, criou uma burguesia nacional impotente e dependente, agrupada em oligarquias regionais que expressam a contradição entre passado e presente, entre atraso e desenvolvimento, entre o capitalismo e as formas pré-capitalistas. Por isso, boa parte delas tornam-se parasitas do Estado, dependem das subvenções estatais, dos desvios de verbas da corrupção. Assim, o Estado nacional é dominado pelas oligarquias regionais e expressam nele as contradições da própria base econômica do país. Um exemplo disso é o enorme poder das oligarquias nordestinas: além do maior número de de-

putados que possuem (proporcionalmente ao número de eleitores), contam com um senado onde mandam e que tem enorme poder: para um projeto ser aprovado tem que passar na Câmara e também no Senado, senão não vale. Assim, seu poder de barganha cresce ainda mais, porque a desproporcionalidade em relação ao número de votos é ainda maior no Senado que na Câmara. Essas camarilhas controlam o aparelho estatal e demonstraram isso na CPI.

Merece um destaque a força das empreiteiras: não só mantêm um "lobby" de parlamentares para aprovarem seus projetos e garantirem a liberação de verbas, mas também formam um cartel que atua unido e divide o dinheiro público entre si. Um diretor de empreiteira chegou a confessar publicamente o esquema e ainda reclamou de uma concorrente que não cumpria os acordos de superfaturamento.

Como se vê, a própria burguesia mantém as fraudes que levam a conformação do Estado e tornam a democracia burguesa uma fajutice. O próprio coordenador da CPI do Orçamento, Jarbas Passarinho, afirmou que ninguém podia negar ali que recebia ajuda financeira para se eleger. Ou seja, ninguém podia negar que estava comprometido com algum grupo econômico. Expõe-se assim que o fator determinante das eleições da democracia burguesa é o poder econômico. Colocando a questão assim, insinuava a impossibilidade de condenar parlamentares por aceitarem propina, porque teriam que cassar até a si mesmos. Daí as seguidas manobras para ir inocentando cada vez mais deputados, e só sobraram nove, número que ainda pode cair durante julgamento no parlamento.

Fraudes descaradas

A imprensa noticiou na última semana de trabalhos da CPI que a subcomissão de bancos "subtraiu" os dados sobre a situação bancária do deputado José Carlos Aleluia, um dos principais acusados, e que o relatório final de Roberto Magalhães foi bastante alterado, modificando o parecer sobre três acusados, sem o conhecimento de ninguém da CPI. A fraude ficou por isso mesmo.

Os prazos para a defesa dos acusados também já foi renegociado e ampliado de uma para duas semanas.

Quanto à ligação entre empreiteiras e parlamentares corruptos, foi indicado para presidir a CPI da

empreiteiras o mesmo homem que trabalhou para inocentar os Benevides na CPI do Orçamento, o senador Gilberto Batista, do Amazonas.

A manobras sucessivas vão colocando pás de cal nas denúncias e abrindo caminho para a absolvição generalizada. A fraude também é o instrumento para evitar que as denúncias desestabilizem as instituições burguesas.

Corruptos não punem corruptos

A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário denunciou desde o início que a CPI, formada pelo próprio Congresso, não poderia avaliar a corrupção dos parlamentares. Defendemos que as massas é que deveriam julgar os corruptos, formando os Tribunais Populares. A convocação de assembleias em todas as categorias, nos bairros, no campo e nas escolas, discutindo e julgando a burguesia corrupta e organizando a luta pelas reivindicações era o caminho para romper com a camisa de força da CPI e ligar a luta contra a corrupção com a defesa das reivindicações elementares das massas.

Mas o que as direções dos movimentos e das organizações de massa fizeram? Colocaram-se por apoiar a manobra da CPI e anularam a mobilização. Assim, as campanhas salariais foram sabotadas para não desestabilizarem o regime político. O PT procurou tirar vantagem eleitoral da CPI e se encolheu diante das pressões dos corruptos. Por isso Suplicy voltou atrás na denúncia dos 127 parlamentares envolvidos com as empreiteiras.

Chamamos as esquerdas a romperem com a política de "CPI pra valer" e se colocarem pela convocação dos Tribunais Populares, uma bandeira histórica do movimento operário e popular. Mas o máximo que o PSTU, por exemplo, fez foi propor a ampliação da CPI para que nelas estivessem presentes a ABI, OAB, CUT etc.

A CPI concluiu com o acobertamento descarado. Voltamos a chamar as esquerdas para que se coloquem pela formação dos Tribunais Populares para julgar de verdade os corruptos. As massas precisam tomar em suas mãos essa tarefa e não confiar na conversa fiada dos exploradores. Se isso ocorre, é um passo no sentido da derrubada da burguesia apodrecida do poder e da construção do poder operário.



O assassinato de Cruz e a corrupção sindical

O assassinato de Osvaldo Cruz Jr (presidente do sindicato dos rodoviários do ABC) e o pedido de CPI da CUT, feito pelo senador malufista Espiridião Amim, trouxeram à tona a enorme riqueza acumulada pelos sindicatos e Centrais sindicais.

Nunca foi novidade de ninguém o poderio econômico do sindicato metalúrgico de São Paulo (dirigido pelo arqui-pelego Medeiros). O império construído por Medeiros, que hoje está na direção da Força Sindical, possui um orçamento anual de 80 milhões de dólares e um patrimônio imobiliário avaliado em 45 milhões de dólares. É parte desse volumoso patrimônio o Palácio do Trabalhador, nova sede do sindicato, com 17 andares. A suntuosidade dessa sede equipara à portentosa FIESP (Federação das Indústrias).

A CUT, que nasceu combatendo o imposto sindical (fonte de arrecadação dessa fábula de dinheiro), acabou aceitando-o e, só no palavreado, diz lutar contra o imposto obrigatório recolhido pelo Estado e repassado aos sindicatos. Hoje movimenta um orçamento de 11 milhões de dólares. Tem como filiado o Sindicato metalúrgico do ABC (com orçamento anual de 64 milhões de dólares), bancários de São Paulo (com 12 milhões de dólares) e mais mil e novecentos sindicatos contribuindo com 5% de sua arrecadação.

Como se vê, os grandes sindicatos e as Centrais Sindicais arrecadam muito dinheiro. Estima-se que 1,2 bilhão de dólares passa pelos sindicatos anualmente. Este está sob o controle direto da burocracia sindical. Esta o aplica em função de seus próprios interesses de camarilha. Não é por acaso que a grande

maioria das direções sindicais desfrutam de privilégios, ou seja, salários altos, e toda sorte de mordomias provenientes do cargo. Com isso tornam-se susceptíveis às aspirações da classe burguesa.

Uma boa parte tem utilizado o sindicato como trampolim para a sua vida parlamentar. Não é à toa que acusam a CUT de dar dinheiro para os candidatos petistas. Ninguém duvida que Medeiros (Força Sindical) contribuiu com a eleição de Collor e dos candidatos direitistas.

Não é por acaso que a burocracia sindical se torna cada vez mais violenta, quando se trata da defesa dos postos no aparelho sindical. A disputa aparelhista que provocou a morte de Osvaldo Cruz Jr., não foi a única. Há um levantamento que aponta 23 crimes (10 mortes e 13 atentados). O gangsterismo e o terrorismo no meio sindical, que antes era prática particular da Força Sindical, se estendeu para os sindicatos burocratizados da CUT. Os fatos recentes da morte de Cruz atestam a violência reacionária das direções corrompidas.

A burguesia aproveita da conduta corrompida de direções burocratizadas para desmoralizar os organismos de luta dos trabalhadores. As denúncias de salários altos dos diretores, os privilégios, etc acabam afastando os explorados de seus próprios instrumentos de luta. Os conflitos aparelhistas servem aos interesses da classe burguesa porque desorganizam, despolitizam e fragmentam os oprimidos, portanto enfraquecem a luta contra a exploração do trabalho.

Não é possível a existência de sindicatos independentes do Estado e dos partidos patronais sob a

direção da política reformista (petista). O capitalismo monopolista (etapa que vivemos) não permite a independência dos sindicatos. Ou seja, ou ele empurra as direções reformistas para o seu campo ou luta ferreamente para destruir os organismos dos trabalhadores.

A independência dos sindicatos só é possível sob uma direção revolucionária, isto é, a que coloca suas idéias e sua vida a favor da destruição do capitalismo através da revolução proletária. Só assim poderá assegurar aos sindicatos o máximo de democracia operária e organizar a classe para enfrentar o regime capitalista, que impede a organização independente dos trabalhadores.

A Tendência pelo Partido Operário rechaça a conduta traidora da burocracia cutista e tem como tarefa a construção da vanguarda revolucionária (frações), capaz de empreender a luta pela total independência dos sindicatos e organizar os explorados para varrer definitivamente as direções corruptas, que se apoderaram dos organismos da classe operária.

NACIONAL



Tendência pelo Partido Operário Revolucionário realiza seu IV Congresso

Está aberto o processo de discussão para o IV Congresso do POR. Trata-se de avançar a elaboração do programa revolucionário, sem o que não haverá o partido revolucionário. Significa avançar na caracterização do país, das classes sociais e das relações entre elas, das organizações políticas e de massa, do método de intervenção e das bandeiras de luta etc.

Trata-se de um processo onde o partido procura assimilar as experiências com a aplicação do marxismo na luta de classes concreta e específica de seu país e nos acontecimentos da situação internacional. Esse processo não é só interno ao partido, ele interessa ao conjunto do movimento

operário. Por isso o partido expõe suas discussões, suas polêmicas. O processo conclui com a votação pelo Congresso do partido das resoluções que guiarão a ação e as posições externas da organização até o próximo congresso.

A partir do próximo número deste jornal, publicaremos pontos que estarão em debate no IV Congresso, para que possam ser conhecidos e discutidos.

Viva o IV Congresso do POR!

Viva o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional!

Em defesa da Revolução e da Ditadura do Proletariado!

A burocratização da CUT

A CUT foi o resultado das grandes mobilizações operárias, principalmente as do ABC no início de 1980. Um mês antes de seu Congresso de fundação

(agosto de 1983) foi realizada a primeira Greve Geral no país, no período da ditadura militar. Foi a experiência inicial de centralização do movimento geral dos trabalhadores, que teve à frente os defensores da fundação da CUT. No Congresso de fundação, aprovou-se resoluções contrárias ao imposto sindical e à estrutura das Federações e Confederações, legadas pela legislação varguista e alimentada pelo regime militar. Defendia a mais ampla liberdade sindical em todos os locais de trabalho, em todas as formas de relacionamento e solidariedade a nível nacional e internacional. E a total autonomia e independência frente ao Estado. A CUT deveria ser uma Central enraizada na base, para isso era preciso impulsionar a criação das comissões de fábrica. Trazia como princípio a formação de oposições sindicais, no sentido de ganhar a direção dos sindicatos pelegos.

É bom lembrar que também se aprovou que a CUT não compactuaria com o governo, ao contrário, combatia a política de colaboração de classe. Definia-se contra a política de pacto social.

O I CONCUR (1984) contou com mais de 5 mil delegados, com 50% de delegados de base, sendo que 30% eram trabalhadores rurais. Já no III CONCUR (1988), aprovou-se a mudança na composição dos delegados. Se num primeiro momento, havia adotado o critério de escolha de delegados nas plenárias de base, agora, através de mudanças estatutárias, a Corrente Articulação impôs o mecanismo de se eleger os delegados aos Congressos nacionais da CUT através dos Congressos Estaduais. A partir daí, os Congressos foram constituídos quase que só de diretorias sindicais. Reduziu-se drasticamente a participação das Oposições sindicais, tornando-a de fato impeditiva. O IV CONCUR (1991) foi a expressão de uma CUT já burocratizada e onde as lutas aparelhistas estiveram presentes. A filiação (ligação mais direta) à CIOLS (Confederação Internacional das Organizações Livres Sindicais) era o objetivo fundamental da ala majoritária (Corrente Articulação). Tratava-se de definir claramente o vínculo com a social-democracia internacional e, por isso, a filiação à CIOLS, fato que se consumou na Plenária de 1992.

Como se vê, a burocratização da CUT levou à eliminação de alguns princípios fundamentais da democracia operária. Para isso, a direção majoritária foi impondo mudanças estatutárias. Hoje não há plenárias de base e as subseções da CUT são escritórios de homologações de carteiras sindicais. O Congresso Nacional da CUT ficou reduzido aos próprios burocratas que estão na direção dos sindicatos. A participação da base (operários e camponeses) foi eliminada.

Esse retrocesso trouxe como consequência a paralisia da Central e a sua integração total à política dos reformistas do PT. Não é por acaso que participa das Câmaras Setoriais (mesa de conciliação de classe com o patronato e governo), prioriza a luta parlamentar (pressão aos deputados), apoiou a CPI do Orçamento etc. A defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores (salário mínimo real, escala móvel de reajustes de acordo com a inflação, estabilidade no emprego, etc) foram substituídas pelo salário mínimo de 100 dólares e não se fala mais da luta contra o desemprego, reposição de perdas passadas.

Ao invés de priorizar a organização dos trabalhadores (desde as fábricas e outros locais de trabalho) para preparar a luta nacional contra o governo pró-imperialista e o Congresso Nacional corrupto, a CUT se encontra na mais completa paralisia. O desemprego cresce assustadoramente, a tercerização vem se impondo, o salário mínimo arrasta milhões de trabalhadores à miséria, a venda das estatais continua favorecendo os grandes grupos econômicos externos e internos e a CUT permanece amordaçada por sua direção traidora.

A CUT, majoritariamente, vem sendo dirigida pela Articulação. Isto é, o PT. A medida em que o PT vem se integrando ao Estado, arrasta a CUT e os sindicatos para a política pró-burguesa. Eis porque, num momento em que as condições objetivas são favoráveis ao combate dos trabalhadores, o movimento sindical está bloqueado. A tarefa fundamental do momento é construir as frações revolucionárias para varrer com a burocracia, tanto da direita quanto os reformistas petistas.



A vitória da Articulação e PCdoB no sindicato dos bancários de SP

A vitória da chapa formada pela Articulação e PCdoB nas eleições do sindicato dos bancários significa reforço à estrutura burocrática do sindicalismo de "conquistas", assumido pela ala majoritária da CUT. Trata-se do continuísmo da política encarnada por Gilmar Carneiro, que se destacou pela defesa aberta do capitalismo e do sindicato adaptado à exploração do trabalho.

Embora a Oposição tenha tido uma votação expressiva, o que mostra o descontentamento de uma camada de bancários com os burocratas da Articulação, não pôde se destacar como uma direção confiável para a maioria. Sem dúvida, nestas eleições pesou o poder do aparelho sindical, que via de regra tem decidido os pleitos nos sindicatos. Principalmente, o sindicato dos bancários é conhecido pela sua enorme arrecadação (12 milhões de dólares anualmente) e por sido transformado numa burocracia tipo empresarial (chamado de sindicato moderno e profissional).

O problema central, entretanto, não está na quantidade de votos, tomados do ponto de vista da disputa das duas chapas, mas sim nas posições políticas da Oposição. Esta só foi formada porque a Articulação e Gilmar Carneiro não admitiram a constituição de uma chapa única, saída de uma Convenção. Um dos mais destacados militantes da Convergência Socialista na Oposição confessa: "Em primeiro lugar, queria deixar claro que tanto em 1991 quanto agora a Oposição propôs a Gilmar uma chapa única no campo da CUT, formada em Convenções democráticas de base, com o objetivo de ter a categoria unificada para enfrentar os sempre unificados banqueiros" (Jornal PSTU-nº6).

Aqui está a fraqueza e a prova do oportunismo da Oposição. Está mais do que comprovado que a Articulação e seu líder Gilmar se constituem numa burocracia que tem que ser varrida da direção sindical, se se quer que o sindicato alcance independência frente ao Estado e se coloque como ferramenta da luta de classes. O argu-

mento de que uma chapa unitária com a burocracia corrupta asseguraria a unificação dos trabalhadores "para enfrentar os sempre unificados banqueiros" é uma patuquada dos oportunistas e carreiristas da Convergência Socialista.

O problema no sindicato dos bancários não está na divisão dos trabalhadores, mas sim na sua utilização a favor dos banqueiros, como tem demonstrado as últimas campanhas salariais e a conduta política de sua direção frente aos grandes acontecimentos nacionais. O corporativismo profissional, montado numa rica arrecadação de fundos, tem caracterizado o sindicato sob a gestão da Articulação. Eis porque a tarefa revolucionária é derrotar essa gente e não se aliar a ela em nome da unidade contra os banqueiros.

Como vemos, a chapa da Oposição só saiu porque a Articulação confiava na incapacidade da Oposição em enfrentá-la. Finalmente, a chapa oposicionista montada abriu um leque de alianças completamente desmoralizador, colocando no mesmo terreno o PSTU com o PCB (ala que resistiu a extinção do PCB) e o PPS (ala que extinguiu o PCB em favor de um claro partido social-democrata). O extraordinário é que o PPS até ontem estava no governo de Itamar, representado por líder Roberto Freire. Os ex-stalinistas do PCB e PPS são os maiores contribuintes da governabilidade do governo antinacional e antipopular. Como é que uma chapa dessa natureza pode ter minimamente um programa de ação coerente contra a ofensiva capitalista de Itamar e seus lacaios?

De fato só poderia apresentar uma plataforma burguesa. Ou seja, adaptada ao quadro da crise política do Estado. Dirceu revelou antecipadamente sua esperança de que a Convenção, que iria formar a chapa oposicionista, aprovasse a bandeira da antecipação das eleições gerais. Isto veio a ocorrer. Em sua propaganda diz: "O Plano FHC quer nos ferrar. Chega desse governo, de inflação e corrupção. Antecipação das eleições gerais já. Para CPI não acabar em pizza, prisão e confisco dos bens de corruptos e

corruptores".

Está evidente a acomodação do PSTU a favor das eleições gerais já, para que Lula saia vitorioso, e do PPS que apoia Itamar Franco. Uma acomodação sem princípio e oportunista, porque a chapa não pôde criticar todos aqueles que sustentaram ou sustentam o governo capitalista, que o PSTU quer remover pela via institucional da antecipação das eleições. Ao levantar a bandeira de que a CPI faça prisões e confiscos revela o apoio a ela e se alimenta ilusões nas possibilidades do Congresso ser consequente nas apurações e punições à corrupção. Está aí porque o PSTU não pôde assumir até hoje a bandeira revolucionária dos Tribunais Populares.

É claro que com uma plataforma democrático-burguesa e indigente como esta só poderia levar o PSTU a propor unidade com a Articulação e posteriormente fazer unidade oposicionista com um partido governamental. Isto tudo nos indica a necessidade de construir uma fração revolucionária no sindicato dos bancários que tenha por objetivo destruir o poder da burocracia e colocar o sindicato a favor dos interesses imediatos dos trabalhadores e do desenvolvimento das condições para a revolução proletária.

Movimento Operário



A contratação de operários nas agências de emprego

Os patres da TDB, diante do avanço da crise econômica, se protegem para manter os seus lucros. Assim, vêm contratando a mo de obra através das agências. Com isso, se livram de todos os encargos sociais (férias, fundo de garantia, aviso prévio, etc).

Os operários, vindos através dessas agências, constituem uma mo de obra temporária, pois permanecem no máximo três meses na empresa e so dispensados sem nenhuma garantia. Os

salários pagos so diferentes, pois os patres pagam a metade do valor. Cria-se na fábrica uma camada de operários, que faz o mesmo trabalho, ganhando salários diferenciados. Quando dispensados, no recebem nenhuma garantia e por cima sujam a carteira profissional.

Com a esperança de permanecer no emprego, esses trabalhadores do o sangue na produção, mas tudo em vo porque já entram com os dias contados. Quem lucra so os patres.

A diretoria pelega do sindicato no organiza os operários contra tamanha exploração. Ao contrário, tem se calado. Essa direção de nosso sindicato só se preocupa com o trabalhador na hora de cobrar o

assistencial (que é altíssimo) e na hora das eleições. Enquanto isso, a classe vai sendo escravizada no interior das fábricas.

A Oposição dos Têxteis denuncia essa direção traidora e chama os companheiros a construir uma verdadeira Oposição de combate. A luta contra as falcatruas do patronato, contra o brutal arrocho salarial e pelo fim das agências de emprego depende de uma nova direção sindical. Daí a importância da construção de um movimento de Oposição enraizado nas fábricas, que tem como tarefa varrer os "come-dorme" do sindicato, para impulsionar a ação direta contra os capitalistas.

Metalúrgicos de Osasco - SP

Não ao fechamento da Lanoflex

O grupo Fras-le (Francisco Stedile S/A) anunciou o fechamento da Lanoflex em Osasco e a transferência da empresa para o Rio

Grande do Sul. Isso significa 500 demissões. A diretoria do sindicato dos metalúrgicos (Força Sindical) inicia as negociações para o aumento das indenizações adicionais aos funcionários. Portanto, se nega a lutar contra a demissão em mas-

sa. Certamente, buscará um acordo com os patrões. A Oposição Metalúrgica lançou um boletim em defesa do emprego a todos. Reproduzimos abaixo:

A Lanoflex deve ficar em Osasco

Não aceitemos esmolos em troca da perda do emprego

Os patrões da Lanoflex vêm nos enrolando já há muito tempo. Não é de hoje que corre o boato da transferência da empresa para o Rio Grande do Sul. Porém, procuravam sempre desmentir. Agora, diante da greve motivada pelas péssimas condições de higiene da refeição, anunciam a mudança da empresa no início de março. É claro que queriam pegar de surpresa, para impedir a nossa luta.

A transferência da fábrica significa a demissão de 500 trabalhadores. Numa época de recessão, como estamos vivendo, arrumar outro emprego é

muito difícil. É só olhar nas filas das agências de emprego, nas do seguro desemprego e no número altíssimo de camelôs que estão nas ruas. Ficar sem emprego e sem salário significa aumentar ainda mais a nossa miséria.

A nossa greve contra a transferência da fábrica significa a defesa do emprego, única fonte de nossa sobrevivência. Os patrões propõem o pagamento de 20% a cada ano de serviço trabalhado e 4 meses de assistência médica. Ainda por cima sabemos que há muitos companheiros que não chegam a ter um ano de fábrica, por isso não receberão nada. E só uma minoria tem vários anos de trabalho. Isso é uma migalha para quem já deu muito suor e sangue nessa empresa. Não podemos cair na conversa de trocar o emprego por alguma esmola.

Existem aqueles que dizem não aceitar a demissão em massa sem indenização adicional aos trabalhadores. O que quer dizer que aceita a transferência da empresa. Não podemos negociar quirelas com os patrões em troca da perda

do emprego.

Os patrões são muito espertos e costumam usar de muita conversa fiada para enrolar os trabalhadores. A nossa luta é na defesa do emprego e melhoria salarial. A paralisação da fábrica é a forma para impedir que o patronato continue com essas arbitriedades. Devemos ocupar a fábrica para impedir as demissões. Ao mesmo tempo, fortalecer a comissão de fábrica (eleita entre os operários) para levar as nossas reivindicações junto aos patrões. Não devemos permitir nenhuma negociação sem essa comissão.

A vitória do movimento depende de nossa união e da capacidade de luta. É necessário que o nosso movimento se estenda às outras fábricas. Para ganhar o apoio efetivo daqueles que sofrem na carne os mesmos problemas que estamos vivendo hoje.

Fortalecer a greve, ocupando a fábrica!

Fortalecer a comissão de fábrica!
Não à transferência da empresarial
Não à perda do emprego!



O Estado capitalista e a construção de moradia aos operários

O governo Quéricia fez demagogia com o aumento do ICM, criando a legislação do ICMS. Uma grande propaganda. Somente propaganda e a enganação. Vejamos: Como o BNH estava desmoralizado, o governo federal transferiu as responsabilidades para a Caixa Econômica Federal, com os financiamentos habitacionais sendo regulados pelo Sistema Financeiro de Habitação. Com este Sistema não mudou nada, pois os trabalhadores continuaram sem ter acesso aos apartamentos construídos em seu nome. O governo paulista resolve incrementar os benefícios as empreiteiras, alocando verbas nas construções de tais apartamentos. Como funciona tal legislação?

Em São Bernardo do Campo estão trocando as favelas pelos apartamentos. Os favelados são colocados nestes apartamentos com a promessa de compra. A legislação diz que para quem ganha até 3 salários mínimos, a prestação não pode ultrapassar 15% da renda familiar. Para os que ganham de 3 a 5 salários mínimos, a prestação não

pode ultrapassar 20% da renda. Porém, ocorre que as leis não são próximas dos trabalhadores, ou seja, tem sempre que ter uma regulamentação. Neste caso se regulamentou uma forma de contrato de subsídios em caráter temporário (uma medida de liberalidade), então este subsídio, ou seja, a oportunidade de se pagar 15 ou 20% da renda é de forma temporária.

Não pararam por aí as manobras contra o operariado em benefício das empreiteiras. Em São Bernardo do Campo, com o argumento de que a terra que o governo desapropriou e construiu os apartamentos ainda não possuía a escritura em nome do Estado, os trabalhadores estão há três anos pagando prestações (ou melhor) taxa de ocupação sem amortização da dívida. Assim, estes apartamentos nada mais representam do que a oferta para o inquilinato e há casos em que os apartamentos já passaram por vários propositos compradores. Nas cláusulas contratuais se prevê o não retorno das prestações já pagas.

Assim, o velho artigo de Engels está atualíssimo, pois a falatória da burguesia em resolver a problemática de habitação nada mais é do que satisfazer os apetites das empreiteiras. Ao operariado está reservado o direito de ocupar e resistir à repressão policial. Pois o problema da habitação só será resolvida com o fim da contradição entre a cidade e o campo. Ou seja, somente com a revolução proletária e a desapropriação da burguesia.

Os trabalhadores da Vila Socialista terão que passar por estas artimanhas governamentais. Só a organização independente poderá enfrentá-las.

Movimento Operário



Pela liberdade imediata dos 9 companheiros do Movimento Sem Terra de Itaquá

No dia 29 de dezembro de 1993, os policiais civis e funcionários da prefeitura municipal de Itaquecetuba (SP), fortemente armados, invadiram a sede do Movimento Sem Terra da Região Leste da Grande S.P. e prenderam arbitrariamente nove líderes.

Os companheiros vinham denunciando as irregularidades cometidas pelos políticos da região, desde a utilização do dinheiro público para fins pessoais, como a viagem de 19 vereadores para Ilhéus (Bahia) até os altos índices de analfabetismo e pobreza de Itaquá.

O delegado (assistente) Mauro Reinaldo Ricardo, a mando desses políticos e sem nenhum mandato judicial, invadiu a sede e prendeu os nove líderes desse movimento. O motivo alegado foi o tráfico de entorpecentes e formação de quadrilha.

Na verdade, utilizaram o fato de que a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Chácara dos Italianos em Itaquecetuba possuía um posto comunitário de distribuição de remédios. Este posto era abastecido com doações do SUDS e Hospital das Clínicas e os remédios eram distribuídos gratuitamente à população

miserável da região, mediante a apresentação de receita médica. Portanto, no há nada de entorpecentes e nem de quadrilha. Há sim uma luta pela melhoria das condições de vida e por moradia.

No de hoje que as lideranças desse movimento vêm sofrendo perseguições. Haja vista o assassinato de Benivaldo Conceição, que ainda no foi esclarecido. No dia 29 de dezembro, os Sem-Terra estavam discutindo a agilização dos projetos e início das obras de mutiro, quando a polícia invadiu a sede, arrombaram portas e armários e carregaram remédios da farmácia comunitária. Os presos políticos ao chegarem na delegacia foram informados que estariam presos em "flagrante delito por tráfico de entorpecentes e formação de quadrilha". Foi feito um pedido de relaxamento de prisão. A liminar do Habeas Corpus foi negada na Justiça burguesa. Os companheiros serão julgados nos próximos dias.

Foi organizada uma "Frente democrática pró-libertação dos presos políticos Sem-Terra". E está convocando todos ao ato público pela liberdade dos lutadores, no dia 10 de fevereiro, às 10 horas em frente

a Secretaria Pública do Estado de São Paulo (Av. Higienópolis, 758 - Centro de São Paulo).

Pela liberdade imediata de: José Carlos Ferreira da Silva, Norberto Ribeiro da Silva, Francisco Alves Saraiva, José Bento de Souza, Ifigênia Maria Luiz de Oliveira, Raimundo Cassiano de Assis, Luiz Tertulino dos Santos, Sérgio Aparecido Rocha e Antônio Honório.

Abaixo a repressão nos organismos de luta dos trabalhadores!

Pela liberdade imediata dos presos políticos

Por moradia e melhores condições de vida a todos os oprimidos!

Pela formação do comitê contra a opressão social e polí-

O significado dos reajustes parcelados

Fleury anunciou o reajuste de 80% para janeiro, 30% para fevereiro e 81% para março. Os índices, que à primeira vista podem parecer altos, quase nada significam se verificarmos que nos últimos meses os salários foram corrigidos muito abaixo da inflação. O acordo firmado na greve de 79 dias, onde vinculava a correção à arrecadação do ICMS, provocou o aumento da miséria para o professorado. Certamente, nossas perdas cresceram.

O governo, seguindo aquele acordo firmado na greve, só

corrigiria em março. E foi o que ele anunciou. Ou seja, dividiu os seus cálculos de perdas em três suaves parcelas. Numa inflação de quase 50% ao mês, Fleury oferece 80% sob um salário extremamente defasado e 30%, quando não cobre nem a inflação do mês passado.

A proposta do governo de parcelar os reajustes dos próximos três meses, vem no sentido de amenizar o profundo descontentamento que impera na classe. No dia 1º de fevereiro iniciam as reposições de aulas da greve. Com certeza, inúmeros professores não teriam condições econômicas de assumir as aulas. O preço das passagens de ônibus elevaram 3.878% no ano de 1993. A cesta básica, produtos necessários para alimentar uma família de 4 pessoas, dobrou. Os remédios atin-

giram 3610% e o material escolar chegou a 2698%. Como viver com um salário mínimo e meio, que é o nosso piso por 20 horas semanais?

A Corrente Proletária na Educação, que se colocou contrária ao acordo assinado para pôr fim à greve, não vê outra saída senão organizar novamente a classe para a greve. Não adianta abaixar a cabeça, quando o governo nos ataca com ferro e fogo. É desde já que devemos preparar o movimento grevista. É claro que a vitória dele dependerá das lições tiradas na greve passada. Não há outro caminho senão apostar nas nossas próprias forças. Da parte do governo só virão migalhas. Qualquer reposição de perdas dependerá de nossa organização e luta contra o governo que quer privatizar a educação pública.

Ceará

Indústria da Castanha demite 10 mil trabalhadores

A indústria da castanha de caju vive a pior crise dos últimos 20 anos. Só em 1993, a queda da produção agrícola do produto foi de 50% em todo o Nordeste e chegou a 67% no Estado do Ceará. Das 18 indústrias cearenses de caju, oito já fecharam as portas. Isto porque o custo da castanha elevou-se em quase 100%, ultrapassando o preço da castanha importada. Diante dessa situação, existe a ameaça de demissão de mais de 10 mil trabalhadores das indústrias cajueiras.

O presidente do sindicato dos trabalhadores da castanha, Carlos Rogério Nunes,

sugere o subsídio estatal para compra da castanha importada e dessa maneira assegurar o emprego dos trabalhadores. Imita Vicentinho que, em São Paulo, fez um acordo com Fleury e as montadoras de veículos que tiveram seus impostos reduzidos pelo governo estadual em troca de uma promessa de manter empregos. O resultado é que os lucros das montadoras aumentou pelo não pagamento de impostos e as demissões continuaram.

O caminho para a garantia do emprego não é ficar implorando a Ciro Gomes que sustente a exploração sobre os operários do caju, mas a luta para garantir que todo o trabalho seja dividido entre os trabalhadores, para que não haja nenhuma demissão.

CPI no Ceará conta com apoio de PSTU

O ex-prefeito Juraci Magalhães está sob alvo de uma CPI na cidade de Fortaleza para investigar as denúncias de corrupção e tráfico de influência. Como sabemos, as CPIs não costumam resultar em nada. A maioria

delas nem mesmo chega a ser instalada. Quando chegam a funcionar, atuam muito mais para encobrir que para apurar. Como é integrada pelos próprios parlamentares corrompidos política e economicamente, as CPIs nunca chegarão a apurar e julgar de verdade as denúncias. Os trabalhadores, se desejam apurar e julgar de verdade precisam se organizar para

convocar os Tribunais Populares.

O PSTU, ao apoiar a CPI de Fortaleza, reproduz no Ceará a linha que segue a nível nacional, com a política de CPI pra Valer. Essa é uma via de seguidismo à burguesia e que só pode levar à frustração.

Chamamos o PSTU a romper com essa linha e se colocar pela formação dos Tribunais Populares.

Crise no PT cearense: aliança com PSB ou PSDB?

O PT cearense está em dúvida: nas eleições estaduais, alia-se com quem? Uma ala do partido defende a coligação com o PSDB, principal força burguesa no estado. Isso garantiria eleger mais parlamentares. Outra ala está preocupada com a campanha de Lula e teme que a aliança local prejudique a votação no candidato presidencial. Uma terceira ala ainda defende a aliança com os partidos de esquerda, mas teme que isso afaste o PSB e o leve a apoiar o PDT no

estado. Como se vê, a política eleitoral do PT está determinada unicamente pelos objetivos de ganho de posições parlamentares, pouco importando com que partido se fará aliança: até mesmo com o PSDB do ministro Fernando Henrique, que encabeça o plano econômico antinacional e antipopular, está nos planos petistas.

Trata-se sem dúvida de um partido completamente corrompido eleitoralmente. Os militantes honestos e combativos do PT precisam romper com este aparelho burocratizado e aburguesado e se colocar pela construção de um partido revolucionário.



Frente Revolucionária

Lançado manifesto contra Plano FHC2

A última reunião da Frente Revolucionária aprovou um Manifesto com três pontos:

1) Campanha pela derrubada do Plano econômico de Fernando Henrique Cardoso, que reajustará os salários pela média, impondo mais arrocho, aumentará a carga de impostos sobre os assalariados, cortará verbas do Estado e limitará os recursos de estados e municípios. Este Plano recessivo resultará em mais desemprego;

2) Um chamamento às correntes que se reivindicam do movimento operário a se colocarem pela constituição de uma frente de massa em defesa das reivindicações dos trabalhadores, contra o entreguismo e pelo fim do governo antinacional e antipopular. Neste chamamento, consta a data de reunião para o dia 26 de fevereiro;

3) Uma resolução sobre a burocratização dos sindicatos, a CPI da CUT e o assassinato do presidente do sindicato dos rodoviários

do ABC Osvaldo Cruz Jr. Nesta resolução, a Frente rechaça a CPI da CUT porque se trata de uma intervenção do Estado burguês nas organizações sindicais. Em contrapartida levanta a bandeira de assembléias e Congresso da CUT de base para apurar as denúncias, destituir os burocratas corruptos e expulsá-los dos sindicatos. Trata-se de defender o princípio de que cabe aos trabalhadores investigar tudo o que acontece nos sindicatos e tomar as medidas cabíveis.

Este Manifesto será distribuído nas aglomerações de desempregados, fábricas e outros locais em que se concentram as massas populares. A Frente Revolucionária chama a militância classista a participar de suas atividades de agitação e propaganda em defesa da ação direta dos trabalhadores contra a opressão de classe.

Curso de formação política: A Frente Revolucionária iniciará no dia 6 de fevereiro, às 15 horas, na

CUT Regional, Rua Silveira Martins n.8, Praça da Sé. O curso será sobre os 4 Primeiros Congressos da Internacional Comunista. Temas: 1) Os fundamentos do Internacionalismo Proletário; 2) Teses fundamentais das Internacionais; 3) A estratégia da revolução e ditadura proletárias e a democracia burguesa; 4) A natureza do partido revolucionário; 5) Métodos e táticas de intervenção; 6) A questão sindical.

Reproduzimos abaixo o chamamento da Frente Revolucionária à constituição de uma frente de massa:

Frente Revolucionária



Chamamento a uma Frente de massa

Por uma frente de massa contra o Plano antipopular e antinacional, contra a corrupção e pelos Tribunais Populares, contra a extinção das conquistas sociais pela Revisão Constitucional, contra o Plano de privatização pró-imperialista e pelo controle operário da produção.

Por uma Frente de Massa contra a corrupção nos sindicatos, pelo fim da burocratização e pela implantação da democracia operária.

Por uma Frente de Massa em defesa de uma Campanha Nacional de Luta, pelo salário mínimo real, reajuste integral dos salários, reposição das perdas, reajuste automático de acordo com a inflação, fim das demissões e emprego a todos.

Por uma Frente de Massa em defesa das ocupações de terra na

cidade e no campo, pela terra aos camponeses pobres, saúde, moradia e educação.

Por uma Frente de Massa contra o governo antinacional e antipopular de Itamar. **Por uma Frente de Massa** que se apóie na ação direta da classe operária, na organização independente dos explorados e se contraponha ao eleitoralismo burguês.

A Frente Revolucionária faz um chamado ao PSTU e a todas as correntes que se reivindicam do movimento operário a constituírem conosco uma frente de ação de massa em defesa dos oprimidos contra a ofensiva de fome e miséria do governo Itamar, representante dos capitalistas internos e externos.

Chamamos a todas essas correntes a rechaçarem a política de paralisia da CUT, encarnada pela

burocracia e pelo PT, a se colocarem pela Campanha Nacional de Luta e pelo rechaço ao eleitoralismo.

Chamamos todas as correntes para uma reunião que propomos para o dia 26 de fevereiro, onde poderemos discutir: 1) O agravamento da crise econômica e política; 2) A ofensiva capitalista e pró-imperialista do governo Itamar; 3) A política de colaboração da burocracia sindical; 4) Campanha Nacional de Luta.

Publicamos abaixo texto que nos foi enviado pelos companheiros do PLP em resposta à nossa crítica, que consta no Massas nº 62. Em seguida, publicamos nossa resposta, especificamente quanto à questão da caracterização do Brasil como país semicolonial. O debate se insere no quadro de discussão fraternal no interior da Frente Revolucionária.

Nossas divergências com a T.POR



A T.POR é uma das inúmeras organizações trotskistas, estando vinculada ao Comitê de Enlace, um dos vários centros de reconstrução da IV Internacional. Sua orientação é subsidiária do POR boliviano, que tem como dirigente teórico principal Guilherme Lora. Assim, soma-se o "lorismo" às diversas correntes políticas - como "mandelismo", "lambertismo", "morenismo", "altamirismo", "posadismo" - que reivindicam a herança de Leon Trotsky.

Ao autoproclamar-se "marxismo-leninismo-trotsquismo" o "lorismo" condena-se a estreiteza dogmática. Pois, além de ser ideologia, isto é, expressão dos interesses e necessidades do proletariado, o marxismo é ciência, ou seja, proporciona um conhecimento verdadeiro. Como ciência, por meios de contradições e sob certas coordenadas teóricas, desenvolve-se constantemente superando-se. Lênin, em 1899 no "Nosso Programa", já esclarecia que não considerava "a teoria de Marx como algo acabado e intocável" e que "esta teoria não fez senão fixar as pedras angulares da ciência que os socialistas devem impulsionar em todos os sentidos, sempre que não queiram ficar para trás na vida".

Assim, em proporções variadas e sob limites históricos e políticos, são inegáveis as contribuições de Bukharin, Rosa Luxemburgo, Luckás, Korsch, Gramsci, Mao Tsetung, Che Guevara entre outros. Aliás, é sempre bom lembrar, que o marxismo surgiu superando dialeticamente uma rica herança burguesa e idealista. A ciência do proletariado enriqueceu-se, inclusive, com contribuições esporádicas de sábios burgueses e com o diálogo crítico com correntes ideologicamente comprometidas.

O termo "marxismo-leninismo-trotsquismo" seria, no mínimo, hilariante se não fosse nefas-

to para a Revolução Proletária. Tal tipo de "verdade" sistematizada tende a fechar-se sobre a exegese dos textos dos clássicos, tidos como infalíveis, o que sempre conduz ao dogma, ótima justificativa para o domínio burocrático. Este não é o caminho do PLP, preferimos como Lênin, impulsionar o socialismo científico para não ficarmos pra trás na vida.

Sobre o governo revolucionário dos trabalhadores

Primeiro, um esclarecimento. Trotsky, em 1915 no artigo "A luta pelo poder", nos fala de um "governo revolucionário dos trabalhadores" como expressão da "tomada do poder pelo proletariado russo". Sinceramente, não vemos nisso a menor semelhança com o oportunismo eleitoral do PSTU ou da esquerda democratizante do PT, que se expressa na fórmula de "governo dos trabalhadores", isto é, o governo burguês de Lula.

Segundo, duas lembranças. A corrente Causa Operária defende o "governo operário e camponês", lutando, hoje, por eleições gerais. E a IV Internacional "lambertista", proclamada em 19 de junho de 1993, diz combater, também, pelo "governo operário e camponês", enquanto sua seção brasileira, "O Trabalho", é fiadora do projeto burguês de "governo democrático-popular".

Dos exemplos acima podemos tirar a seguinte conclusão: nem todos que falam do "governo revolucionário dos trabalhadores" são oportunistas democratizantes, nem os que defendem o "governo operário e camponês" são necessariamente revolucionários.

O que condiciona o poder proletário é o programa, os métodos de luta, a tática e a estratégia. No programa do PLP está bem claro a destruição do Estado burguês, as bandeiras de transição, as tarefas socialistas, a via do levante armado de massas e a necessidade da democracia proletária. O governo revolucionário dos trabalhadores é para o PLP, manifestação da ditadura do proletariado.

Infelizmente, os companheiros adeptos do "marxismo-leninismo-trotsquismo" revelam uma estranha ignorância sobre a natureza do proletariado. A T.POR o reduz ao proletariado fabril, o que vai contra a totalidade da obra marxiana. O proletariado é a classe dos assalariados que, pelo seu trabalho, produz, realiza ou possibilita aos capitalistas a apropriação da mais-valia. Assim, por exemplo, os trabalhadores na esfera da circulação e do crédito são proletários também.

Já, o conceito de trabalhadores engloba aqueles que vivem do trabalho, como proletários, camponeses pobres e assalariados em geral. Tal conceito auxilia a unidade de todos, que vivem do trabalho, e que não explorados ou oprimidos pelo capital. A hegemonia proletária e as alianças são delimitadas pelo programa revolucionário.

É o Brasil um país semicolonial?

O Brasil ocupa uma posição subordinada no sistema capitalista mundial. A acumulação capitalista, aqui, se deu de maneira dependente, quando os principais países capitalistas entravam na fase imperialista. O processo de industrialização foi tardio, feito em grande parte com capitais estrangeiros, tendo por base as indústrias de bens de consumo e a tecnologia estrangeira. Assim, a dominação imperialista foi a outra face do "progresso" burguês no Brasil, sob esta unidade constituiu-se os oligopólios e a oligarquia financeira interior. E esta é um dos sustentáculos da economia brasileira, juntamente com o setor estatal e o capital financeiro internacional, que estão em regime de cooperação e associação.

A dependência existe, e não é apenas a "subordinação pela força". Expressa-se pela deteriorização das relações de troca de matérias-primas por bens manufaturados, pela espoliação usuária, pelas distorções do fluxo tecnológico e pelo desequilíbrio da balança de pagamentos. No entanto, a dependência, não pode ser explicada pela esfera da circulação, pois os interesses burgueses resumem-se sempre na apropriação da mais valia. Assim, as formas dependentes são manifestações da espoliação imperialista que se apropria da parcela da mais valia produzida pelo proletariado brasileiro. Espoliação esta que é, também, interna, através da presença maciça de transnacionais que exploram diretamente o nosso proletariado.

Assim, nesse quadro não podemos considerar o Brasil como um país "semicolonial", onde uma burguesia compradora nacional media as relações entre os latifundiários pré ou semicapitalistas - que compõem as classes dominantes nesses países, essencialmente agrícolas e mineradoras - e o imperialismo. Até os idos de 1940, talvez. Atualmente, jamais.

E não é à toa que os companheiros da T.POR nos falam de "burguesia nacional", "modos pré-capitalistas no campo", "opressão nacional". Estão com um atraso de cinquenta e três anos!

A oligarquia financeira nacional não é uma fração autônoma - com um projeto próprio ou com uma postura vacilante - diante do capital financeiro imperialista, pois, é uma parte integrante deste. No campo, a soberania do capital, a nível de relações de produção, é crescente. A presença do modo de produção simples de mercadoria, com base na pequena propriedade é nas relações de parceria, não revela o "atraso pré-capitalista". Antes, preenche os poros das relações capitalistas dominantes, que o hegemoniza.

Conclusão

Esperamos, com estes rápidos esclarecimentos acelerar o processo de reorganização da vanguarda proletária brasileira rumo a construção de um partido revolucionário internacionalista. Pois, pensamos que o debate com os companheiros da T.POR encontra-se nos marcos do campo revolucionário.

Nossas divergências com o PLP

Sobre o caráter semicolonial do Brasil

O PLP nega a caracterização do Brasil como país capitalista semicolonial. Considera-o apenas país capitalista dependente. A negação do caráter semicolonial e a afirmação da dependência demonstra desconhecimento da lei do desenvolvimento desigual que condiciona a estrutura mundial do capitalismo. Isto se expressa na confusão de que o Brasil não é semicolonial porque não se caracteriza pela presença de uma burguesia compradora nacional que medie as relações entre latifundiários pré ou semicapitalistas, típica de países essencialmente agrícolas. Assim está exposto em sua resposta às nossas críticas (Massas 62).

O ponto de partida está em reconhecer que a economia capitalista mundial forma uma unidade desigual e combinada de países imperialistas e semicoloniais, quando não coloniais. As potências imperialistas subordinam as forças produtivas mundiais e o mercado, colocados sob o império do capital financeiro. A subordinação dos países atrasados semicoloniais demonstra a dependência do imperialismo quanto à necessidade de explorar tais países, fonte de acumulação e concentração monopolista cada vez maior. Por isso, é capricho do PLP negar a opressão nacional, que nada mais é senão o saque exercido pelas metrópoles imperialistas.

Estamos obrigados a nos apoiar em Lenin para explicar o conceito de países semicoloniais, muito bem delimitado no marxismo, considerado uma ciência pelo PLP, com o que temos total coincidência. Eis a fundamentação: "No que respeita aos Estados 'semicoloniais', eles nos oferecem um exemplo das formas transitórias que se encontram em todos os domínios da natureza e da sociedade. O capital financeiro é um fator, poderíamos dizer, tão poderoso, tão decisivo, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina efetivamente, até mesmo Estados que gozam de uma completa independência política". (...) "Porém, naturalmente aquilo que dá ao capital financeiro as maiores comodidades e as maiores vantagens é uma submissão tal, que implica para os países e povos em causa a perda da sua independência política. A este respeito, os países semicoloniais constituem casos típicos,

na medida em que são uma solução 'intermédia'. Compreende-se que a luta em torno destes países semisubjugados se agrave particularmente na época do capital financeiro, quando o resto do mundo já estava partilhado"

No mesmo livro, Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo, Lenin reforça tal caracterização. Diz: "Desde o momento em que, na época do imperialismo capitalista, se põe a questão política colonial, deve notar-se que o capital financeiro e a política internacional, que com ele se conforma e que se reduz à luta pela partilha econômica e política do mundo entre as grandes potências, criam entre os Estados diversas formas 'transitórias' de dependência. Esta época não se caracteriza apenas pelos dois principais grupos de países: possuidores de colônias e colonizados, mas ainda por variadas formas de países dependentes que, gozando nominalmente de independência política, na realidade, estão presos nas redes de uma dependência financeira e diplomática. Já indicamos uma destas formas: as semicolônias".

Para completar é necessário nos referir à crítica de Lenin à concepção de Kautsky, que considerava o domínio imperialista apenas do ponto de vista unilateral do poder do capital industrial em subjugar as nações atrasadas. "As inexatidões de Kautsky saltam à vista. O que é característico do imperialismo não é de modo algum o capital industrial mas justamente o capital financeiro. (...) "O imperialismo caracteriza-se justamente por uma tendência para anexar não apenas as regiões agrárias mas até as regiões mais industriais (a Bélgica é cobiçada pela Alemanha...)".

O Brasil se caracteriza por estas condições expostas por Lenin. Está sob o domínio do capital financeiro imperialista. As multinacionais que controlam os setores chaves da produção interna não deixam de exprimir o jugo do capital financeiro. A exploração direta do proletariado brasileiro pelas multinacionais se completa com outras formas espoliadoras, como dívida externa, envio de royalties, remessa de lucro, controle de fontes de matéria prima, fixação do valor dos produtos etc. Todas essas manifestações de sangria nacional se dão sob o capital financeiro.

E não é o fato do Brasil ter saído de sua condição de país essencialmente agro-exportador que deixou de ser semicolonial e sua burguesia nacional ter desaparecido. Também não tem sentido abolir a burguesia nacional porque esta se submete cada vez mais ao imperialismo e sua camada superior se coligiu com o capital financeiro externo. Ocorre que o PLP está mais para a visão de Kautsky e em contraposição à de Lenin no referente à caracterização do imperialismo.

As consequências não são poucas. A visão antidialética e antimarxista da contraposição entre país dependente e país semicolonial conduz o PLP a negar a existência da opressão nacional, ou seja, da conformação capitalista do mundo dividido em nações opressoras e oprimidas, imperialistas e semicoloniais. Uma das teses mais vigorosas do marxismo é rechaçada pelo PLP. A que demonstra que a divisão e opressão de classe produzem a divisão e a opressão nacionais. O imperialismo como expressão da decomposição do capitalismo monopolista intensifica a opressão nacional, chegando a guerras pela repartição do mundo entre poucas potências. A posição do PLP, levada às últimas consequências, o coloca em situação de prostração frente à opressão nacional. Esperamos, sinceramente, que este debate resulte em clareamento e evolução de posições.

Frente Revolucionária



PCdoB nas eleições

O PCdoB nasceu, na década de 60, de uma cisão do PCB. Uma das críticas fundamentais era que o PCB, ao revisar o estalinismo, se colocava no campo do pacifismo burguês. Influenciado pelo maoísmo, armou-se da idéia, na década de 70, de que a revolução viria do campo para a cidade. Assim, realizou a experiência foquista no Araguaia. Deslocou um pequeno contingente de militantes para promover o levante camponês. Duramente reprimido pela ditadura militar, sofreu uma grave derrota e a partir daí começou a mudar sua rota para a construção de um Partido oportunista eleitoreiro.

Sua política tem sido marcada por alianças aparelhistas e reacionárias. Um exemplo foi a constituição de uma frente com a velha burocracia de Joaquinão, MR-8 e partidários do PMDB contra a fundação da CUT. O PCdoB carrega nas costas uma boa parcela de responsabilidade de ascensão da Força Sindical, dirigida por Medeiros, e pela divisão das Centrais.

Em nome da progressividade de setores burgueses, apoiou candidaturas como a de Quéricia e Fleury, ambos corruptos e repressivos. Nas eleições passadas, realizou alianças que foram do PT, passando pelo PFL, até o PDS. Nestes casos, não valeram o argumento de progressividade, a não ser que desconhecemos a caracterização de que o antigo PDS de Maluf e o PFL de Antônio Carlos Magalhães sejam progressistas.

Neste preciso momento, o PCdoB aliou-

se com a ala mais direitista da Articulação (PT) nas eleições do sindicato dos bancários, sob a batuta do corrompido Gilmar Carneiro. Em maio de 1993, fez a mesma coisa nas eleições sindicais da Apeoesp. Na UNE mantém a hegemonia de sua direção graças à composição com o MR-8, que representa o quercismo. Estes exemplos demonstram como o PCdoB reproduz o aparelhismo e o burocratismo estalinista, que no interior do capitalismo servem à sua sustentação e na Rússia têm servido à restauração burguesa.

Uma das características dos estalinistas do PCdoB é o de ir se adaptando a cada nova situação para sobreviver. É uma corrente profundamente parasitária. Num determinado momento está com o maoísmo, depois com o socialismo albanês e agora tende a vangloriar Fidel Castro, que promove a adaptação de Cuba à restauração gradual, segundo a fórmula de Gorbachev. O mesmo faz em relação à política interna. Primeiramente, lutou duramente contra a fundação da CUT, depois passou a integrá-la. Caracterizou o PT como o maior inimigo dos "comunistas", agora é seu grande aliado.

Frente às eleições presidenciais, seu objetivo é o de articular uma frente popular mais ampla possível e ganhar postos no Estado a qualquer custo. Eis porque no seu VIII Congresso o PCdoB aparece como uma faceta revisionista de suas próprias posições antigas em favor do mais deslavado eleitoralismo e cretinismo parlamentar, nos termos em que Lenin caracteriza os oportunistas de esquerda. A militância de base tem o dever de abrir os olhos para esta política traidora, colocar-se pelo rompimento com o estalinismo, que comprovou ser restauracionista e lançar-se pela construção de um verdadeiro Partido Marxista-Leninista-Trotsquista.

O PT e o programa para as eleições - Parte 1

A notícia de que o PT pretendia colocar no seu programa de governo a elevação do orçamento militar de 0,5 para 2% do PIB criou um alvoroço na militância petista. O gesto de boa vontade com os militares evidencia a necessidade do PT se apoiar nas Forças Armadas para chegar ao governo e depois governar.

Os reformistas têm procurado obscurecer o papel das Forças Armadas de guardiã dos capitalistas contra a maioria faminta do país, utilizando-se da idéia de que estas cumpririam um papel neutro no Estado. O máximo que os reformistas chegam é sonhar com a chamada democratização das Forças Armadas, desconhecendo a história de sua função tutelar dos governos e das instituições estatais débeis.

O anúncio dos 2%, quando há um conflito dos militares com os cortes de verbas feitos por Collor e mantidos por Itamar, já é uma atitude de admissão tutelar dos militares sob o governo democrático e popular, caso eleito. Na reunião de 23 de janeiro da alta cúpula petista, em que se colocou em discussão o programa de governo, as lideranças procuraram recuar diante do escândalo de quadruplicar o orçamento militar.

O presidencialista do PT, Lula, recolocou o problema assim: "O orçamento das Forças Armadas seguramente não vai superar os investimentos sociais, mas hoje essas Forças estão sucateadas". Como alguém que assimilou plenamente a restauração capitalista na Rússia, completa o raciocínio: "Acabou a bipolaridade e não há mais a luta anticomunista nem os chamados os inimigos internos".

Estas colocações mostram que o PT objetiva reverter o sucateamento das Forças Armadas, como se o problema se ativesse apenas à segurança nacional, ou seja, defesa do país contra um conflito externo. Com a noção de que a bipolaridade se acabou pretende explicar que não há necessidade das Forças Armadas como instrumento de repressão do Estado aos trabalhadores. O líder petista desconhece que as Forças Armadas foram construídas com a própria construção do Estado burguês, para cumprir não só os mandamentos da "segurança do país" contra forças externas, mas fundamentalmente porque se trata de uma sociedade dividida em classes.

A restauração capitalista na Rússia e a capitulação definitiva dos partidos comunistas-estalinistas não eliminam a luta de classes e a tendência do proletariado em buscar a via da revolução para se libertar da miséria e da fome. A visão do PT sobre as Forças Armadas é completamente reacionária e mostra a sua covardia pequeno-burguesa frente ao poder das armas. Além disso, os intelectuais estrategistas, como o prof. Marco Aurélio Garcia, procuram falsificar o problema, abstraindo o lugar que ocupa as Forças Armadas nas relações de classe e no Estado. Elas são o braço armado dos capitalistas contra o proletariado e demais setores de explorados, que tendem a se revoltar contra a opressão burguesa.

Os reformistas quanto mais perto de exercer o poder do Estado mais passam a depender dos generais. Isto porque estão próximos a encarnar a ditadura da classe capitalista sobre as massas, exercida do alto do Estado.

O Encontro de cúpula, no Hotel Danúbio, para discutir o programa procurou amenizar o problema dos 2%, em função do descontentamento das bases, mas manteve todo o fundamento de submissão do reformismo aos opressores do povo.

Observação: No próximo Massas daremos continuidade à análise do programa do PT para as eleições.



I Encontro do PSTU- São Paulo

Como começa a vida política do PSTU

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) é uma criação da Convergência Socialista, que através da tática da Frente Única Revolucionária (FUR), se fundiu com alguns agrupamentos provenientes da crise interna do PT e com uma cisão do Partido da Libertação Proletária (PLP), denominado Partido da Frente Socialista (PFS), de origem estalinista.

No dia 4 e 5 de dezembro, foi realizado seu I Encontro Regional de São Paulo. O tema central foi o da Frente Popular, como revela o Jornal do PSTU nº 6. A razão desse tema está na possibilidade da vitória eleitoral do PT e de um governo frente populista de Lula. O que quer dizer um governo de colaboração de classe, ou seja, um governo de sustentação do Estado burguês e do capitalismo na situação de crise aguda.

O marxismo caracteriza a Frente Popular como o último recurso da burguesia para manter as massas sob seu domínio. Os partidos comunistas estalinizados são responsáveis pela aplicação da frente popular, que impôs grandes derrotas ao proletariado, cujo exemplos mais significativos foram o da frente popular na Revolução Espanhola, no final da década de 30, na França, no período de 1936 e no Chile com o governo social-democrata (PS) de Allende.

No Brasil a Frente Popular foi concretizada através da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935, que postulava a unidade do proletariado com setores da burguesia, apoiada numa plataforma nacionalista cuja estratégia governamental era a constituição de um governo de aliança capitalista, denominado governo popular. Esse governo popular nacional teria por função fazer uma revolução democrática antiimperialista e desenvolver um capitalismo nacional independente. Com esta política o PCB submeteu a classe operária à direção da burguesia nacionalista.

Como vemos, a Frente Popular é uma tática de colaboração entre explorados e uma fração de exploradores, por isso contra-revolucionária. É importante rever o conteúdo histórico e político da Frente Popular para entendermos o seu real significado na situação de crise capitalista no Brasil e como foi encarada no Encontro do PSTU.

Os redatores do Jornal nº 6 explicam que a discussão da Frente Popular girou em torno de três pontos. Dizem: "O primeiro é como combateríamos desde já um projeto de colaboração de classes que estrategicamente estará a serviço de governar nos marcos do capitalismo e desmobilizar o movimento de massas. O segundo é como nos comportaríamos diante da campanha eleitoral e o terceiro em relação ao governo, caso ele se dê".

O Jornal, no entanto, é omissa na explicação dos três aspectos que estão interligados. Apenas apresenta as resoluções, que são: a) "Fora Itamar e o Congresso, eleições gerais já e por um governo Lula, sem padrões e subordinado às entidades dos trabalhadores"; b) "Fazer exigências e denunciar permanentemente o PT e Lula, propondo que rompa com a governabilidade e se proponham a governar já"; c) "Voto em Lula exigindo um programa anticapitalista e se opondo à aliança com os partidos burgueses".

Notamos a esta altura a confusão e a falta de consistência da política traçada nesse I Encontro. O PT e Lula evidenciaram seu objetivo de constituição de um governo frente-populista. Insistentemente vêm chamando o PSDB, PSB e PDT para um governo de coalisão. A nível estadual já prepara os mais diferentes

acordos. Em relação ao programa, o PT tem procurado negociar diretamente com capitalistas e setores das Forças Armadas.

Por outro lado, já existe toda experiência de governabilidade do PT em governos e municípios, onde exerceram o papel opressor típico de qualquer administração burguesa. Também sua ação parlamentar não deixa margem a dúvidas; o PT tem apoiado a governabilidade dos opressores, votando projetos antinacionais e antipopulares e bloqueando a luta direta dos explorados. Nesse exato momento, sustenta o Plano de Fernando Henrique Cardoso.

O I Encontro do PSTU demonstrou conhecer tudo isso, mas acabou por aprovar uma linha de defesa eleitoral de Lula, com o argumento de que o PT rompa com a governabilidade e não faça alianças com partidos burgueses. A resolução não diz que se o PT articular a Frente Popular, o PSTU não chamará o voto em Lula. A resolução prevê o apoio eleitoral à Frente Popular.

O Encontro, na sua análise, rejeitou o colaboracionismo de classe, mas na resolução concreta chama o voto no governo pró-capitalista de Lula. Mas uma vez a política centrista (aquela que oscila entre a classe operária e a burguesia, entre o marxismo e o reformismo) da Convergência Socialista mostra sua vocação eleitoralista e seu seguidismo ao PT aburguesado.

As frações minoritárias no Encontro foram inconseqüentes. Segundo o Jornal do PSTU, outras duas posições foram apresentadas. São elas: a) "Definir o campo eleitoral de Lula sem definir agora o voto"; b) "O Encontro não se posiciona sobre a tática eleitoral". Logo vemos que os opositores da definição imediata do voto no PT não escapam ao seguidismo eleitoralista. O primeiro propõe apenas esperar para ver se as alianças do PT não serão escandalosas. O segundo simplesmente toma uma posição passiva e omissa, o que é o pior dos casos.

O Encontro do PSTU, cego pela política democrático-eleitoralista da Convergência Socialista, foi incapaz de analisar o papel do PT na sustentação da crise do Estado burguês. Não investigou concretamente o conteúdo programático do governo democrático popular petista, que é o de subordinar a CUT, sindicatos e as massas assalariadas à democracia dos exploradores. Assim, o Encontro não discutiu o ataque do governo Itamar à vida dos trabalhadores, com seu Plano econômico. Toda discussão e resoluções se ativeram ao campo eleitoral. O I Encontro do PSTU de São Paulo se manteve atado à estruturação da Frente Popular, embora em palavras a tenha rejeitado.

Nacional



México

Guerrilha Camponesa deve unir-se ao proletariado

O surgimento da típica guerrilha camponesa mexicana demonstra que esse é o caminho que as nacionalidades indígenas devem seguir para alcançar a autodeterminação (constituir-se em estados soberanos) e também para triunfar precisa articular-se com a luta das cidades acaudilhada pelo proletariado.

Em 1910 o México foi cenário da revolução agrária dirigida por Emiliano Zapata (cuja bandeira dizia "Terra e Liberdade"), a qual não encontrou a resposta proletária e desembocou na base do processo burguês. Em 1953, guardando muitas diferenças, ocorreu coisa similar quando o MNR ditou sua conservadora Lei de Reforma Agrária, que seguiu a guerra camponesa para apoderar-se dos latifúndios. Este movimento não se soldou com o proletariado e concluiu absorvido pelo MNR durante décadas.

A miséria, a discriminação, o saque das terras e a opressão nacional fazem que se levante a insurreição camponesa no México e que seu líder proclame que é em repúdio à vigência do NAFTA que, diz, marca a morte dos nativos.

Se as nacionalidades camponesas querem libertar-se, transformar-se em Estados soberanos, têm que imitar seus irmãos da Independência, particularmente durante a revolução federal, quando os camponeses se levantaram em guerrilhas (dessa vez apoiando ao "tata" Pando) e conseguiram varrer o exército conservador.

As guerrilhas constituem um método de luta próprio das massas camponesas. O importante deste movimento no México é que significa o levante em armas dos trabalhadores agrícolas e de nenhuma maneira a atividade de grupos elitistas, devidamente treinados e armados. Convém diferenciar com nitidez guerrilha de foco armado, pois este último é estranho à experiência das massas e a suas possibilidades de libertação.

A vitória da guerrilha camponesa mexicana exige que entronque com a revolução acaudilhada pelo proletariado. Há uma deficiência neste aspecto e se refere à virtual ausência do movimento revolucionário nas cidades, à quebra do movimento marxista tradicional.

As possibilidades imediatas: se vence a brutal e sangrenta repressão do exército pode assentar-se nas montanhas por muito tempo, aproveitando as particularidades da topografia e da própria guerra irregular.

(Muitas dessas idéias foram expressas por Guillermo Lora na reportagem publicada pelo jornal "Ultima Hora" de La Paz em 9 de janeiro).

Extraído do jornal Masas do POR boliviano nº 1367 (13 a 19 de janeiro)

Rússia

Yeltsin recua mas segue rumo ao capitalismo

As últimas eleições na Rússia mostraram a todos o enorme descontentamento da população com a atual situação do país. Os nacionalistas direitistas foram os mais votados, seguidos pelos ex-estalinistas. O governo foi maior derrotado, pois a chamada "Opção Rússia", partido liderado pelo recém saído do governo, o ex-ministro Yegor Gaidar, teve uma votação muito pequena.

O agravamento da situação na Rússia pode levar à guerra civil. Essa tendência é notada por todos, até pelo imperialismo, que pressiona para que as reformas sejam aceleradas. O objetivo imperialista é colocar a maior parcela possível da economia em suas mãos o mais brevemente possível. Mas a burocracia também sofre as pressões internas do descontentamento da população e dos choques e disputas entre suas próprias frações.

Yeltsin, com um olho nas próximas eleições presidenciais e outro na tendência explosiva das massas, procura costurar uma aliança com os ex-estalinistas incorporando ao governo ex-assessores de Gorbachov e reduzindo o ritmo das reformas. Caso consiga estabelecer um acordo com a burocracia mais conservadora, pode ga-

nhar maioria frente aos nacionalistas de direita e abrir caminho para a reeleição. Caso fracasse, ficará absolutamente isolado, sem apoio nem dos reformistas que querem reformas pró-capitalistas mais rápidas nem dos ex-estalinistas, que desejam as reformas com ritmo mais lento. É essa ameaça de vazio de poder que mais preocupa o imperialismo e a própria burocracia.

O desastre das reformas econômicas na Rússia mostra que não será possível uma transição tranqüila rumo ao capitalismo. Não apenas haverá avanços e retrocessos, mas essa trajetória terá que passar obrigatoriamente por um enfrentamento mais decisivo contra as massas, que terão suas condições de vida duramente atacadas.

O grande problema é a ausência de uma direção revolucionária enraizada nas massas, que fosse capaz de canalizar a revolta contra o governo restauracionista e em defesa das conquistas da Revolução de Outubro. Mas a oposição entre os interesses imediatos das massas e a linha restauracionista de Yeltsin pode impulsionar a elevação da consciência do proletariado russo e levá-lo a retomar a luta anticapitalista.

